



ATA DE REUNIÃO

4ª REUNIÃO ORDINARIA DO COMITÊ DE GESTÃO DO USO SUSTENTÁVEL DE LAGOSTAS - CGSL

PERÍODO: 29 e 30 de agosto de 2006.

LOCAL: IBAMA/Sede – Brasília/DF.

Dia 29/08/06

A DIFAP/IBAMA promoveu a 4ª reunião do CGSL sob a coordenação da CGREP/DIFAP, com a participação de representantes da DIPRO/IBAMA, CEPENE, Superintendência do IBAMA no Estado do Ceará, representantes da SEAP-PR e dos Ministérios da Defesa/Comando da Marinha, MIDCT, e representantes da Confederação Nacional dos Pescadores e Aquicultores - CNPA, Comissão Pastoral dos Pescadores - CPP, Movimento Nacional dos Pescadores - MONAPE, Conselho Nacional de Aquicultura e Pesca - CONEPE, Sindicato dos Trabalhadores na Indústria da Pesca de Belém - SINDIPESCA, Sindicato dos Patrões de Pesca dos Estados do Pará e AMAPÁ – SINPPA, Instituto TERRAMAR e alguns observadores, conforme lista de participantes. (Anexo I).

I – ABERTURA.

A reunião foi aberta pelo Coordenador Substituto do CGSL, José Dias Neto, que convidou o Presidente Interino do IBAMA, Dr. Valmir Ortega e o Diretor de Fauna e Recursos Pesqueiros do IBAMA, Dr. Rômulo Mello a dar as boas vindas aos participantes do evento.

O Dr. Valmir Ortega disse ser um prazer realizar a reunião desejando sucesso nas discussões. Colocou, ainda, que o CGSL tem papel fundamental não só para a lagosta, mas como exemplo para a gestão de outros recursos naturais. Que representa um avanço entre governo e sociedade.

Dr. Valmir Ortega falou, ainda, que o exemplo dessa reunião de apresentação do Plano de Gestão do Uso Sustentável de Lagostas é um dos resultados do Pacto de Gestão, uma aliança entre Governo e Sociedade, para a gestão sustentável.

O Diretor de Fauna e Recursos Pesqueiros do IBAMA, Dr. Rômulo Mello agradeceu a presença de todos e disse que esta reunião tinha um caráter muito importante por estar apresentando o Plano de Gestão do Uso Sustentável de Lagostas.

Continuando, o Dr. Rômulo Mello fez menção sobre a importância do uso sustentável desse recurso e salientou como é importante a discussão entre o Setor e o IBAMA, principalmente para o uso dos recursos pesqueiros com parceria e responsabilidade com a Sociedade. Frisou que o Plano é uma proposta que deve ser discutida nas pontas, sugere ainda pactuar prazo de 4 meses para a negociação afirmando que deixará o plano como legado para próxima gestão. Disse, ainda, ter apresentado o problema da sobrepesca à Ministra de Meio Ambiente e que ela se comprometeu com a gestão, unindo parceria com a Marinha do Brasil, a SEAP/PR e a Sociedade, num modelo de co-responsabilidade.

II – APROVAÇÃO DA AGENDA.

A Agenda de trabalho foi apresentada e aprovada e consta no Anexo II.

O Coordenador Substituto do CGSL apresentou as substituições relativas à nova formação dos componentes do Comitê.

III – INFORMES E DELIBERAÇÕES ADMINISTRATIVAS:

1 – Apresentação do Plano de Gestão pelo Coordenador do Subcomitê Científico.

O Coordenador Substituto do CGSL antes da apresentação do Plano de Gestão fez um breve relato do histórico do Plano, colocando que é o resultado de uma matriz elaborada no início das discussões do Comitê.

Salientou que todo o conteúdo acumulado durante a história de gestão da lagosta foi aproveitado para a elaboração do Plano e que o que norteou foi o que o recurso lagosta pode oferecer hoje para as presentes e futuras gerações, em termos de geração de emprego, renda e produção (alimentos). Em seguida, convidou o Coordenador do Subcomitê Científico para apresentar a proposta do Plano de Gestão, que havia sido previamente encaminhada a cada integrante do CGSL.

O Coordenador do Subcomitê Científico Dr. Antônio Clerton, apresentou a proposta de Plano de Gestão do Uso Sustentável de Lagostas, explicando que este Plano foi elaborado por vários pesquisadores do subcomitê científico e baseado nas premissas da FAO e diretrizes do MMA/IBAMA.

Em seguida foram abertas as discussões sobre o Plano.

José Alberto do MONAPE questionou qual será a faixa de tamanho da embarcação recomendada e ainda demonstrou dúvidas na metodologia entre a equiparação do esforço de pesca do covó X a rede.

Antônio Clerton colocou que a faixa de tamanho recomendada tem relação com autonomia de navegação e que a ideia é proibir a operação de embarcações que só atuam sobre as lagostas jovens, por não possuírem condições de autonomia para pescarem em maiores profundidades. Explicou, também, a metodologia de conversão do covó X rede.

José Dias complementou as explicações sobre a conversão de covó x metros de rede e salientou que é importante levar o cálculo matemático dessa capturabilidade comparativa para a praia.

Edvaldo Lopes do SINPPA perguntou se a metodologia para elaboração do Plano levou em conta o ponto de captura ou o ponto de descarga e se foi usado o mapa de bordo, colocando que há disparidade entre a produção do Estado do Ceará e Pará.

Antônio Clerton respondeu que foi utilizado o ponto de captura para não mascarar os resultados e que as amostragens foram realizadas em barcos com observadores de bordo embarcados e vinculados ao CEPENE. Informou que o Programa Mapa de Bordo está em fase de reimplantação por meio de parceria entre o IBAMA e a SEAP/PR.

Edvaldo Lopes do SINPPA afirmou que a carteira de pescador está sendo emitida com muita lentidão no Estado do Pará.

Sebastião Saldanha da SEAP/PR explicou que em alguns casos o que tem causado problemas é a permissão de pesca para captura de lagostas que está vinculada à embarcação e se a embarcação está irregular isso é um impedimento legal para obtenção da permissão e do RGP. Quanto à carteira de pescador reconheceu a morosidade e afirma que até o final de setembro estará regularizada e que, de qualquer forma, foi entregue ao pescador um protocolo. Entretanto, reforçou que o problema não é a carteira de pescador e sim a permissão de pesca.

Renê Schärer questionou a definição de embarcações recomendáveis, uma vez que, segundo estudos, as embarcações à vela, apesar da insegurança, atuam até 20 milhas da costa o ano todo e sendo assim são viáveis social e economicamente. Sugeriu desvincular o pescador de peixe do pescador de lagosta e considerar no Plano a importância do mercado interno que vem aumentando. Segundo Renê, 90% deste mercado é composto de lagostas miúdas, lembrando, ainda, que na exportação temos cooperação com os EUA. Propôs que a cobrança de taxa para obtenção de permissão de pesca se estenda às embarcações à vela, pois a taxa ajudaria na gestão. Reforçou a necessidade da proibição do uso de compressores.

José Dias esclareceu que a questão das taxas deverá ser discutida com a SEAP/PR. Salientou que se 90 % das lagostas que abastecem o mercado interno é miúda temos que combater sem, no entanto, rotular as embarcações que as capturam com “placas”.

Francisco Bezerra representante da CNPA iniciou dizendo que o Plano está muito bem feito.

Questionou, ainda, o tamanho das embarcações que poderão pescar depois das 3 milhas e colocou que o óleo diesel é um benefício muito importante para a pesca da lagosta e que o barco não permissionado deve perder o benefício, mas o barco legal não deveria perder.

Ressaltou que quando assumiu a Colônia da Ponta do Mel imediatamente parou com a pesca de mergulho e trouxe o IBAMA como parceiro. Colocou que a pesca de mergulho tem que sair, pois se localiza sobre a lagosta miúda e que é necessário discutir os vários cenários para buscar o mais favorável possível.

José Dias ressaltou que o Plano é um “baralho completo” e que todas as “cartas” devem ser “jogadas” para vencer o desafio proposto. Devemos proteger criadouros, proibir a faixa da frota que atua sobre juvenis. Na década de 1980 a frota era composta por barcos acima de 8 metros de comprimento e com a crise este tamanho foi reduzido. A proposta é fundamentada, oferecendo cenários possíveis e sustentáveis de tamanho e número de barco, permissão e número de pescadores. A pesca ilegal não pode ser o norteador, a sustentabilidade vem do recurso. Podemos discutir o tamanho de barcos por estados. Quanto ao óleo diesel, o subsídio mascara o ponto de equilíbrio, pois esconde a insustentabilidade econômica. Mas vamos negociar o disponível e quais as cartas que temos para embaralhar.

José Alberto do MONAPE sugeriu ouvir os estados antes de entrar nas discussões do Plano de Gestão que é nacional.

José Dias informou que foi encaminhado pela SUPES/CE, por meio do Senhor Raimundo Braga (Kamundo) e em nome do Grupo de Gestão do Ceará, uma proposta de ordenamento para a pesca de lagostas, mas somente para o estado do Ceará, por isso, com o consentimento do mesmo, a referida proposta não seria detalhada, apresentando-se primeiro o Plano de Gestão do Uso de Lagostas que tem caráter nacional.

Antônio Moreira, do Comando da Marinha, parabenizou o Subcomitê Científico pela elaboração do Plano e pediu esclarecimentos sobre Pontos de Referência. Quis saber qual será a estratégia de implementação com os atores, tendo em vista que muitas ações proibidas estão em curso.

José Dias ressaltou que a proposta está posta e que a fiscalização apresentará um Plano Nacional para a Pesca de Lagostas. Ressaltou que será estabelecida uma discussão em nível de Governo (MMA, IBAMA, Comando da Marinha, MDIC, MTE e SEAP/PR).

René do TERRAMAR colocou que tem uma preocupação, pois o Plano é para médio e longo prazos e dentre as medidas apresentadas tem algumas que devem ser decididas em curto prazo. Perguntou qual o prazo que o CGSL teria para tomar decisões que se apresentam imediatas.

José Dias informou que a expectativa é até novembro ter o Plano aprovado com as discussões realizadas nos estados e que não vale a pena tomar decisões precipitadas.

José Maria Veras, do SINDIPESCA, perguntou se em 2007 vai se pescar de caçoeira ou manzuá e se for proibir que seja em nível nacional e não em alguns estados. Ressaltou que temos que decidir o que se quer e rápido.

Rômulo Mello disse que buscamos evitar tomar decisões precipitadas, sem consultar as praias. No Plano tem a previsão de retirada da rede de caçoeira para 2007, mas precisamos consolidar nas bases. Não podemos ter parlamentares pressionando por mudanças no acordo de gestão. Temos que discutir as medidas de 2007 ainda esse ano. Terá o período de defeso para o setor se preparar. O Comitê tem decisões, mas deve implementar o consenso. Tecnicamente o recurso não suporta a pressão da caçoeira, mas vamos discutir. Já tomamos medidas bem intencionadas que foram pouco discutidas e embasadas nas praias e rapidamente foram revertidas.

José Maria Veras concordou com o explicitado por Dr. Rômulo Mello, mas ponderou que quem vive da pesca tem o tempo de durabilidade do material. No tempo parado o pescador está em outros recursos. Em

dezembro, se tomarmos a decisão será um impacto devido ao pouco tempo. Se não decidirmos urgente a adoção da medida não será possível pescar de covo ou manzuá em 2007.

Rômulo Mello ponderou que existem dificuldades de pactuar medidas isoladas. O IBAMA vai pactuar o Plano como um todo. Precisamos colocar um esforço maior das instituições. Temos que iniciar um processo de reversão da curva de produção. Já tivemos a tese unânime do tamanho mínimo e foi revogada. No plano de Governo faremos uma sensibilização para a questão nesses quatro meses, para em 2007 sairmos da situação histórica de crise. Conversamos com a DIPRO e com a Ministra do Meio Ambiente e, melhorou um pouco, mas não é suficiente. Os instrumentos são desrespeitados. A pesca está falindo. Precisamos de costura institucional. Lamentavelmente para a sociedade entender o impacto da caçoeira precisou que a produção caísse.

José Dias colocou que se algum estado, como o do Ceará, por exemplo, quiser apostar no uso da caçoeira, vai perder, pois isso não ocorrerá. Esse recado objetivo deve ir para as bases.

René parabenizou esta fala do José Dias. Pede que cada um dos representantes assuma o compromisso firme de dizer para suas bases que a rede de caçoeira vai ser retirada. Segundo René, no estado do Ceará esta questão foi discutida e consensuada.

José Dias colocou que seria importante a presença da Sra. Elisa Bezerra do CONEPE, que com certeza gostaria de participar das discussões nesse ponto, pois é importante a presença dos setores industrial e de beneficiamento. Esses segmentos precisam refletir. Propôs uma matriz para discussão e fazer um resumo executivo do plano para discussão nos comitês estaduais.

Antônio Moreira sugeriu que na 4ª Reunião do CGSL já poderia ser trazida uma proposta de plano de execução em termos de ações, metas e temas envolvidos para por em prática o Plano de Gestão, antes do final do ano.

José Dias pediu para nesta reunião aprovar primeiro esta Proposta do Plano de Gestão e após trazer para a 4ª reunião o plano de execução já discutido com os estados.

Francisco Machado da SEAP/PR informou que a Secretaria estava comparecendo com uma delegação. Reclamou por ter recebido o documento com pouco tempo para estudar toda a proposta e pediu para discutir o plano em um próximo momento. Ressaltou que o encaminhamento da discussão com os estados é saudável. Reforçou a tese de compartilhar compromissos com a sustentabilidade. Disse que o Secretário anterior de Pesca José Fritsch e o Secretário atual Altemir Gregolin defendem a sustentabilidade ambiental embora queiram a sustentabilidade social e econômica. A SEAP/PR e o IBAMA têm contribuições convergentes, mas divergem quanto ao subsídio do óleo diesel. Tecnicamente a SEAP/PR concorda com os fatores negativos, porém diante da crise não pode abrir mão. A equação é de múltiplas variáveis. O foco central é a redução do esforço de pesca, tanto na agenda da discussão estadual como na do governo federal.

José Dias agradeceu e colocou que a questão do subsídio como instrumento de gestão pode até continuar, mas deve ser discutida, avaliando todas as variáveis, os benefícios e os riscos.

Raimundo Braga (Kamundo) sugeriu que já no final de outubro tivesse uma definição de alguns pontos do Plano.

José Dias apresentou um cronograma de discussão do Plano e após alguns ajustes ficou proposto: período para as discussões nos estados – de 04 a 30 de setembro de 2006; período para consolidação das discussões estaduais - de 02 a 06 de outubro e realização da 4ª reunião do CGSL - dias 26 e 27 de outubro de 2006. Os meses de novembro e dezembro ficarão para divulgar as medidas a serem adotadas em 2007.

José Dias salientou que o calendário das ações será preparado de forma a agilizar o andamento do Plano, mas considerando a questão política de setembro.

Roberto Gallucci do MMA citou que temos pontos propositivos: I – Nos estados poderia sair fechada a proibição da caçoeira e II – Acabar com abusos no recebimento do seguro defeso.

José Dias ponderou que devemos discutir todos os pontos, ou melhor, todas as “cartas do baralho” e não pontos isolados. Propôs um resumo executivo para ser discutido nos estados.

Raimundo Braga (Kamundo) pediu para especificar as apresentações por estado no Plano de Gestão de Lagostas e que se leve logo o Plano Nacional de Fiscalização para os estados que é para o Plano de Lagostas ganhar força.

José Alberto solicitou que para facilitar as discussões nos estados o Plano seja simplificado e pontos sejam destacados.

Elisabete Fonseca da CGEAM disse que é importante um diagnóstico da pesca por estado e linguagem própria para o pescador entender tudo que está sendo falado sobre o plano.

Antônio Clerton alertou que o diagnóstico não deve ser por estado, mas sim por sub-regiões, pois é preciso levar em conta que a proposta foi desenvolvida por áreas e não estados, se não, haverá um desvirtuamento da referida proposta. Propôs enviar a apresentação do Plano em *Power point*, que já está resumida, dispensando, assim, o resumo executivo.

Dia: 30/08/2006

José Dias reiniciou o 2º dia de reunião, apresentando os informes da DIFAP, comentando, também, a apresentação da proposta de Plano de Gestão de Lagostas elaborado pelo Subcomitê Científico e que deverá ser apenas para conhecimento dos presentes na reunião e, no momento, não haverá uma ampla divulgação fora do CGSL, já que se vai discutir nos estados com os atores do processo. Pediu para ser divulgado somente o resumo executivo da apresentação. Informou que as posições dos Estados do Ceará e Piauí, no sentido de suspender a rede de caçoeira ficaram para discussão no Comitê de Gestão (CGSL).

Ficou acordado que o resumo executivo será substituído pela apresentação do CEPENE, e será gravado em CD.

Elisabete Fonseca sugeriu consultar os Núcleos de Educação Ambiental - NEAs dos estados, sobre a viabilidade de participarem das discussões. Informou que será montado o novo Plano de Educação Ambiental e que poderá ser relacionado ao Plano de Gestão de Lagostas.

José Dias colocou que os vários Núcleos das SUPES tais como, Pesca, Fiscalização e Educação Ambiental serão orientados a trabalhar em interação. Lembrou que o Comitê é paritário contando com apenas um representante das SUPES do IBAMA em sua composição necessitando, portanto, dessa interação entre os vários núcleos.

José Alberto apresentou informações sobre a utilização de marambais por mergulhadores, dizendo que essas marambais são constituídas por tambores de 200 litros. Colocou que há um excesso de tambores e que isso vai levar ao fim da lagosta. Colocou, também que durante o período de defeso de lagostas, os pescadores que operam na pesca de peixes ornamentais marcam os locais onde se encontram lagostas, em sua maioria miúda e repassam as informações para os pescadores da pesca de lagostas. Ressaltou, ainda, que existe uma relação do aumento da captura de peixes ornamentais na época de defeso da lagosta, pois como já enfatizado os pescadores de ornamentais marcam os pontos onde tem lagostas e passam para as embarcações lagosteiras. Acrescentou que a proposta é reforçar o controle da pesca dos ornamentais.

Raimundo Braga (Kamundo) explicou aos participantes da reunião que marambaia são estruturas feitas de materiais diversos, inclusive os tonéis de 200 l, utilizados por indústrias químicas, amarrados uns aos outros. Disse que em muitos casos os pescadores furam os olhos das tartarugas que se aglomeram nas marambais para evitar a predação sobre as lagostas. Também há um conflito com o manzuá que não “arreja” onde tem marambaia. A posição do Grupo de Gestão do Ceará é parar o uso da marambaia até que haja um ordenamento dessa atividade. Sugeriu, também, um encontro dos Núcleos de Pesca do IBAMA, os Escritórios da SEAP/PR e um representante da DIFAP.

Antônio Clerton lembrou que recentemente foi discutida uma minuta de instrução normativa sobre recifes artificiais e que marambaia é considerado um recife artificial. Referida proposta define que em fundos de algas calcárias, fundo típico de ocorrência de lagostas no nordeste, para fazer instalação de recifes artificiais será necessário obter o licenciamento do IBAMA.

José Maria Veras sugeriu que fossem realizados estudos sobre o uso do tambor para marambaia, pois é uma forma alternativa a mais de pesca. E, não deveria ser suspensa de maneira abrupta. No estado do Ceará a pesca de currais, que é uma alternativa, já está passando por dificuldades. O LABOMAR está estudando alternativas para evitar a captura de juvenis. De qualquer maneira a captura com tambores químicos é ruim.

Francisco Bezerra disse que o uso de tambores agride o meio ambiente, a saúde e até a sobrevivência. Salientou que tem uma correição que anda a costa toda e chega até o estado do Rio Grande do Norte, porém, este ano não teve esta correição. A marambaia é um agravante principalmente nos barcos de mergulho ou mergulho que tem o uso do tambor.

José Dias concluiu esse assunto dizendo que ficou caracterizado que a marambaia é uma prática recente na pesca de lagosta, que está facilitando a pesca ilegal de mergulho, além de facilitar a captura de juvenis e sugeriu como encaminhamento, agregar um ou dois parágrafos ao Plano de Gestão para que todos os estados discutam com profundidade esse assunto. Lembrou, ainda, a revisão da IN de recifes artificiais e questiona se será possível o uso de marambaia em alguma circunstância. Em relação à atividade de peixe ornamental diz que é uma atividade socioeconômica importante, mas tem que ser feita de forma responsável para não prejudicar outras pescarias, inclusive a de lagostas.

Francisco Bezerra pediu para proibir o mergulho no estado do Rio Grande do Norte no período de defeso porque os pescadores nesta época estão capturando o polvo e trazendo lagostas miúdas.

Roberto Gallucci ressaltou que a marambaia levanta a questão de que novos métodos de capturas podem ser desenvolvidos e sugeriu colocar no Plano de Gestão que qualquer método novo de captura deve passar pelo crivo do CGSL.

Antônio Bezerra, da DIPRO, disse que a Diretoria deve tomar posição em relação ao uso de marambaia.

José Dias ressaltou que se deve considerar que a marambaia é uma atividade proibida que contribui para a pesca ilegal de mergulho, captura jovens e não é feita por barcos que tem permissão para a pesca de lagosta.

Francisco Bezerra informou que com relação à normatização do uso desse instrumento é bom lembrar que existe no Congresso Nacional um Projeto de Lei sobre recifes artificiais. Deve-se acompanhar o PL no âmbito da Câmara Federal, atentando para não se chocar com a nossa discussão no CGSL.

José Dias propôs que as Assessorias Parlamentares do IBAMA e da SEAP/PR busquem informações sobre a tramitação desse Projeto de Lei na Câmara Federal.

2 - Plano Nacional de Fiscalização da Pesca de Lagostas – DIPRO.

O representante da CGFIS/DIPRO, Marcelo Amorim, apresentou alguns itens sobre a proposta de Plano Nacional de Fiscalização para a Lagosta e pediu o apoio do CGSL para solicitar à Marinha subsídios e parcerias principalmente com a Petrobrás e órgãos estaduais. Solicitou a participação intensa dos representantes da pesca nos estados e do Batalhão de Polícia Ambiental que possui um maior número de funcionários e que poderá ajudar.

Ressaltou, ainda, que os governos estaduais não se envolvem com a pesca nos estados e que no governo federal não há decisão com respeito à fiscalização dos recursos pesqueiros.

Colocou, ainda, que o IBAMA deve interagir melhor com outros órgãos do governo, como o CONFAZ, por exemplo.

Em seguida foram abertas as discussões sobre o Plano.

José Maria Veras disse que o pescador deve apoiar o IBAMA nesse sentido, porém deve ser feito um trabalho e uma interação maior entre os estados e o Instituto.

Marcelo Amorim ao comentar sobre o uso da Guia de Origem da Lagosta - GOL disse que o IBAMA já apresentou um projeto tentando utilizá-la, mas foi barrado por falta de respaldo legal.

Raimundo Braga (Camundo) complementou a apresentação do Marcelo Amorim falando sobre a fiscalização no estado do Ceará.

José Alberto ressaltou a insatisfação das comunidades pesqueiras nas praias, pois o barco é preso num dia e no outro já está de volta ao mar. Entende que tem que “lacrar” o barco com a ajuda da Marinha. Sugeriu que o IBAMA produza um panfleto onde explique o que o Instituto pode fazer em termos de fiscalização, o que não pode fazer e por que. Salienta, ainda, que é preciso fazer um trabalho de conscientização com os pescadores.

O Senhor René, solicitou manifestação sobre o acordo com o NOA/USA e sobre o repasse de recursos da SEAP/PR.

Marcelo Amorim disse que com relação à informação do Acordo Brasil X NOA, até onde foi acompanhada a proposta não é interessante ao Brasil uma vez que a proposta inicial seria dar ao NOA poder de polícia aqui no Brasil. Quanto ao repasse de recursos da SEAP/PR, tem que se ter um orçamento para aplicar o financeiro e não temos orçamento para disponibilizar.

Maria Conceição Alves da CPP disse que aparentemente os estados têm o orçamento, mas o maior problema é a falta de recurso orçamentário ou humano e que não entende e acha ser um problema político ou ainda falta de vontade política. Acrescentou que pensa ser essa situação uma brincadeira com todos e fala que é preciso parar e mudar o rumo das discussões.

José Dias explicou que as instituições como um todo do poder executivo, em algumas coisas tem governança, em outras não, porém há áreas como a econômica que contingencia parte do orçamento e, às vezes mesmo tendo o orçamento, não se pode gastá-lo.

Continuando disse, que se compararmos com os anos de 2003 e 2004, a fiscalização melhorou visivelmente, porém muito aquém do que necessitava.

Marcelo Amorim colocou que na maior parte das vezes se esbarra na vontade política dos governantes.

Maria da Conceição Alves disse que concorda e acha que o papel do CGSL deve ir muito além do problema político que está barrando a fiscalização e que o CGSL deve tomar outro rumo e correr atrás da vontade política.

José Dias observou que devem ser traçadas estratégias dentro do Comitê para todas as discussões e brigar por isso junto aos governantes.

Miriam Vaz Parente, da COOPE/CGREP, disse que um dos pontos de estrangulamento do Órgão é a fiscalização e que a questão é com certeza a falta de recursos humanos e financeiros. Ressaltou que é preciso tomar atitudes mais contundentes em relação à pesca, fazer uma pressão maior junto à Ministra do MMA e junto ao Ministro da Pesca e que o CGSL faça um trabalho de pressão para esse recurso ser liberado, além da necessidade de uma maior articulação entre o IBAMA e a SEAP/PR no sentido de obtenção desse recurso.

Francisco Bezerra falou que na pesca, existem várias saídas para resolver a situação financeira, pois em toda costa tem Plataforma puxando petróleo constantemente, então a saída seria envolver o Município para receber uma parte desse dinheiro e colocar isso no Plano. Além disso, envolver os comitês a pelo menos uma prefeitura do litoral pesqueiro, para ela estar a par da situação da pesca e fazer parte das discussões em nível de município e de estado.

José Dias falou que se deve verificar o problema dos “royaltes” do petróleo e tentar chegar a um acordo.

Antônio Clerton ressaltou que o Subcomitê Científico preparou uma proposta de Plano de Gestão e traçou cenários por áreas administrativas, sendo necessário que o Plano de Fiscalização tenha um link com

essa nova realidade que vai acontecer pela resposta da fiscalização e qual a estratégia ela usará nesse novo cenário.

Marcelo Amorim disse que vai passar para DIFAP o documento que contempla essas questões até o final de setembro, próximo.

José Dias disse que é importante, antes de começar as discussões externas sobre o Plano, fazer reuniões entre as SUPES/Núcleo de Pesca/Educação Ambiental e SEAP/PR visando acertar o discurso dentro da área governamental. Lembrou que já tem reunião marcada com a SEAP/PR nos dias 13 e 14 de setembro próximo para discussões sobre o assunto.

Raimundo Braga (Kamundo) pediu urgência nessas reuniões, por causa da fiscalização nos estados.

Sebastião Saldanha disse que algumas medidas de fiscalização seriam inviáveis e questionou se todas as medidas propostas são factíveis com a proposta de Plano de Gestão do Subcomitê e sugeriu, ainda, checar cada uma para ver se é possível ou não a fiscalização.

José Dias disse que além de ver o que é factível e o que não é, deve-se ver, também, em que condições passariam a ser factíveis. Sugeriu continuar avaliando a questão do NOA para trazer para a próxima reunião internacional sobre lagostas, em Mérida no México, além disso, se comprometeu a financiar a ida de uma pessoa para participar das discussões sobre unificação do tamanho mínimo, representando o IBAMA.

José Maria Veras pediu para constar em ATA e cobrar do Presidente do IBAMA o que ele disse no mês de janeiro em Beberibe/CE, que esse ano seria o ano da fiscalização da pesca.

José Dias falou que o Plano de Fiscalização deve ser adequado para o que ele está previsto.

René Scharer disse que tem uma preocupação com o período de janeiro a março, onde o defeso não tem financeiro para viabilizar a fiscalização. Falou, ainda, sobre o Programa de Coleta de Dados (IBAMA/CEPENE e SEAP/PR), onde o convênio não foi renovado e em relação ao cadastramento de pescadores disse que está dando muitos problemas, pois o referido cadastramento está sendo feito em Brasília e não nas pontas.

José Dias colocou que o convênio é entre a Fundação PROZEE e a SEAP/PR com a interveniência do IBAMA e que a SEAP/PR entra com os recursos financeiros e o IBAMA com os recursos humanos para executar.

Sebastião Saldanha disse que com relação às carteiras de pesca, foi lançado no ano passado um recadastramento dos pescadores e foi decidido que essa digitação seria feita em Brasília. Neste sentido foi montada uma central de digitação, foi estipulado um prazo até março, porém esse prazo não foi cumprido tendo sido prorrogado para setembro e até o momento estão se dando as impressões das carteiras e a expectativa é que tudo seja entregue até o final de setembro.

Francisco Bezerra levanta uma situação delicada em relação ao primeiro registro do pescador que em alguns locais foi a Marinha que emitiu e hoje a SEAP não considera como primeiro registro. Colocou que tem pescador que está pescando, recebeu o seguro-desemprego e hoje está tendo que devolver 2 ou 3 anos.

Sebastião Saldanha falou que quando saiu a Lei do Seguro-desemprego, constou o que deve ser considerado como 1º registro para o pescador e que a Secretaria está buscando resolver esta questão entre o MTE em fazer um exame caso a caso para buscar uma solução na jurídica da SEAP/PR.

3 – Apresentação do Instituto TERRAMAR (Harmonização do Tamanho Mínimo).

René Scharer do Instituto TERRAMAR apresentou a proposta de harmonização do tamanho mínimo da lagosta e relatou que em outubro de 2005 o Instituto de Pesca do Golfo e Caribe dos Estados Unidos (Gulf and Caribbean Fisheries Institute CGFI) promoveu uma oficina com a participação de cientistas, empresários e ONG's de países produtores de lagosta *panulirus argus*, afim de debater uma proposta de harmonizar as

medidas de ordenamento para a lagosta espinhosa. O evento foi patrocinado pela Fundação Darden e o NOAA dos Estados Unidos com a preocupação da sobre-exploração da lagosta nos principais países produtores e as importações de lagosta miúda.

Participaram do evento pelo Brasil o Dr. José Augusto Negreiros Aragão, SEAP/PR; Mark Kleinberg, (empresário) da IPESCA e René Schärer, da ONG Instituto TERRAMAR, todos do Ceará.

O principal tema discutido foi a unificação do tamanho mínimo da lagosta convertido em peso para promover a recuperação de estoques e facilitar a fiscalização das importações de lagostas miúdas por parte das autoridades dos Estados Unidos.

Os participantes chegaram a um consenso sobre uma proposta para o tamanho mínimo de 14 cm ou tipo 5, mas também ficou claro que não representava uma posição oficial dos países presentes e que a discussão e aprovação desta medida deveria ser levado a um nível oficial com a presença de representantes dos respectivos governos.

Assim, a proposta de unificar o tamanho mínimo para importação de lagostas em 14 cm para cauda de lagosta ou o equivalente ao tipo 5 estará na pauta da reunião de Mérida.

José Dias lembrou que os demais países pescam somente a lagosta *P. argus*, que esse não é o caso do Brasil e que essa preocupação seria levada à reunião do México.

IV – Encaminhamentos:

Quadro de discussões, Anexo III.

V - DEMAIS ASSUNTOS

Não houve pontos levantados.

VI - ENCERRAMENTO

A reunião foi encerrada com a perspectiva da 5ª Reunião Ordinária ocorrer no período outubro de 2006.

ANEXO I

LISTA DE PARTICIPANTES:

Nome	Instituição	Telefone	e-mail
Antonio Bezerra Furtado Neto	DIPRO/IBAMA	(61) 3316-1585	Antonio.furtado-neto@ibama.gov.br
Antônio Clerton de Paula Pontes	CEPENE/IBAMA	(81) 3676-1310	antonio.pontes@ibama.gov.br
Antonio da Silva Fraga Filho	Marinha	(61) 3429-1340	fraga@secirm.mar.mil.br
Antonio Joaquim Moreira	Comando da Marinha	(61) 3429-1091	Ema11@brturbo.com.br
Daniel H. G. S. de L. B. Cabral	COOPE/CGREP/DIFAP/IBAMA	(61) 3316-1228	daniel.cabral@ibama.gov.br
Edson Lima	DIPRO/IBAMA	(61) 3316-1092	Edson.ferreira@ibama.gov.br
Edvaldo Lopes Gonçalves	SINPPA	(91) 227-2791 / 9119-6496	sinppa@ig.com.br
Elizabeth Lopes P. Fonseca	CGEAM/DISAM/IBAMA	(61) 3316-1193	Elizabete.fonseca@ibama.gov.br
Eloy de Sousa Araújo	SEAP/PR	(61) 3218-2846/9100-1919	eloy@seap.ibama.gov.br
Francisco Antonio Bezerra	CNP	(84) 9911-2559	Chicaodomel@hotmail.com
Francisco Machado Filho	DICAP/SEAP/PR	(61) 218-2900	chicomachado@agricultura.gov.br
Jacinta Oliveira Dias	COOPE/CGREP/DIFAP/IBAMA	(61) 316-1228	jacinta.dias@ibama.gov.br
Joaquim Benedito da Silva Filho	CGREP/DIFAP/IBAMA	(61) 316-1232	Joaquim.silva-filho@ibama.gov.br
José Alberto de Lima Ribeiro	MONAPE	(85) 9622-1718	Beto_pescador_prainhaOyahoo.com.br
José Dias Neto	CGREP/DIFAP/IBAMA	(61) 316-1480	jose.dias-neto@ibama.gov.br
José Maria Veras Filho	CONAPE	(85) 3264-1778/8712-2030	sindipesca@sindipesca.com.br
Marcelo Neiva Amorim	DIPRO/IBAMA	(61) 3316-1092	Marcelo.amorim@ibama.gov.br
Maria da Conceição Alves Correia	CPP Nacional	(85) 3238-8392/8889-9012	angelainealves@yahoo.com.br
Maria Rosa Gonçalves	SEAP/PR	(61) 3218-2860	morages@seap.gov.br
Mirian Vaz Parente	COOPE/CGREP/DIFAP/IBAMA	(61) 3316-1228	Mirian.parente@ibama.gov.br
Pedro Alzires de Miranda	SINDIPESCA/PA	(91) 207-0944 / 9617-2270	---
Raimundo Bonfim Braga	GEREX/CE/IBAMA	(85) 3227-9081	raimundo.braga@ibama.gov.br
René Sharer	Terramar	(88) 3413-1426	fishnet@uol.com.br
Rômulo José Fernandes Barreto Mello	DIFAP/IBAMA	(61) 316-1650	romulo.mello@ibama.gov.br
Sandra M. K. Tavares	ASCOM/IBAMA	(61) 3316-1631	Sandra.tavares@ibama.gov.br
Sebastião Saldanha Neto	SEAP/PR/DICAP/COREG	(61) 3218-2860	ssaldanha@seap.gov.br
Vanessa G. de Carvalho	MIDIC/SECEX/DECEX	(61) 3425-7489	Vanessa.carvalho@desenvolvimento.gov.br

ANEXO II

**IBAMA/MMA
COORDENAÇÃO-GERAL DE GESTÃO DE RECURSOS PESQUEIROS**

4ª REUNIÃO DO COMITÊ DE GESTÃO DO USO SUSTENTÁVEL DE LAGOSTAS - CGSL

Período: 29 e 30 de agosto de 2006
Local: Brasília/DF – ED. SEDE/IBAMA

Data	PROPOSTA DE AGENDA
29/08/06	I – ABERTURA. II – APROVAÇÃO DA AGENDA. III – PLANO DE GESTÃO PARA O USO SUSTENTÁVEL DE LAGOSTAS NO BRASIL. 1 – Apresentação (Coordenador do Subcomitê Científico); 2 – Discussões; e 3 - Encaminhamentos.
30/08/06	IV – INFORMES: 1– IBAMA/DIFAP; 2 – IBAMA/DIPRO/ Plano Nacional de Fiscalização; 3 – IBAMA/Representante das Superintendências Estaduais; 4 – SEAP/PR; 5 – Proposta do representante do TERRAMAR (harmonização do tamanho mínimo); e, 6 – Outros componentes do Comitê. V – ENCERRAMENTO.

ANEXO III

QUADRO DE DISCUSSÃO

DATA	ESTADO											
	AP	PA	MA	PI	CE	RN	PB	PE	AL	SE	BA	ES
DE 04/09 A 30/09												
CONSOLIDAÇÃO												
DE 02/10 A 06/10	Realização da Consolidação das propostas estaduais pela Coordenação Geral de Gestão de Recursos Pesqueiros - CGREP.											
4ª REUNIÃO												
EM 26 E 27/10												